CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1408/86 (Proc. DRECAP/2 - 5157/86)

INTERESSADO: MARCELO DA CONCEIÇÃO MARTINS

ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO DE VIDA ESCOLAR, MATRÍCULA POR TRANSFERÊNCIA COM DOCUMENTO RASURADO.

RELATORA: Cons^a Silvia Carlos da Silva Pimentel

PARECER CEE n° 746/87 - CEPG - Aprov. Em 25/03/87

Comunicado ao Pleno em 01/04/87

1. HISTÓRICO:

Em 30/05/86, a direção da EEPG "Charles de Gaulle" solicitou à Presidência do Conselho Estadual de Educação a regularização da vida escolar do aluno MARCELO DA CONCEIÇÃO MARTINS, nascido aos 1°/01/72, em São João do Meriti/RJ.

A situação irregular a ser apreciada refere-se à matrícula indevida na 5ª série do 1º grau, por motivo de retenção do aluno na 4ª série do 1º grau, em 1984, na EMPG "Enéas de Carvalho Aguiar". O interessado apresentou à secretaria do estabelecimento, no ato da matrícula, declaração de transferência rasurada.

A vida escolar do aluno pode ser analisada através dos seguintes elementos:

<u>ANO</u>	<u>SÉRIE</u>	<u>ESTABELECIMENTO DE ENSINO</u>	<u>OBS.</u>
1979	1a.	EMPG "Enéas de Carvalho Aguiar"	Retido
1980	1a.	" " " "	Aprovado
1981	2a.	" " " "	Aprovado
1982	3a.	" " " "	Retido
1983	3a.	" " " "	Aprovado
1984	4a.	" " " "	Retido
1985	5a.	EEPG " Charles de Gaulle"	Aprovado
1986	6a.	EMPG " Alberto Santos Dumont"	Cursando

A irregularidade só foi detectada em 1986, quando o aluno Marcelo da Conceição Martins solicitou transferência para a EMPG "Alberto Santos Dumont", ocasião em que foi elaborado seu histórico escolar.

Atendendo a convocação da direção da escola foram ouvidos o aluno e sua progenitora, tendo Marcelo assumido a responsabilidade da rasura, declarando tê-la feito por necessidade de estudos à noite.

O Diretor da EEPG "Charles de Gaulle", às fls.04/05 do Processo DRECAP/2 nº 5157/86, esclarece que, "aos quinze dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e seis, a Senhora Celina Maria da Conceição Martins e seu filho Marcelo da Conceição Martins compareceram a esta unidade escolar para esclarecer o fato acima mencionado. Em presença da mãe, Marcelo da Conceição Martins declarou que ele mesmo fez a rasura do documento pois precisava estudar à noite para trabalhar durante o dia e mesmo neste estabelecimento, não havia 4ª série funcionando à noite. Resolveu rasurar o documento e fazer a 5ª série à noite, conforme cópia da Ata da Reunião anexa ao processo.

Esclarecemos que não aplicamos a Resolução SE 25/81 em seu artigo 8º, pois ao conversarmos com a mãe e com o filho, percebemos serem de família muito pobre e que o aluno parecia estar arrependido do que fizera, aceitando qualquer atitude a respeito do que fizera".

O.Sr. Supervisor de Ensino da 10a. Delegacia de Ensino da Capital, é favorável à convalidação de matrícula e dos atos escolares subsequentes praticados pelo aluno Marcelo da Conceição Martins, encaminhando o processo a este Conselho.

Ao nível da Divisão Regional de Ensino da Capital, o Sr. Diretor, após analisar os autos, encaminhou-o à Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo, manifestando-se como segue abaixo:

"À vista do que consta no presente expediente e à vista dos pareceres da Escola e Delegacia de Ensino que trata

ram do caso mais diretamente, somos de parecer, s.m.j., tratar-se de caso que deva ser encaminhado à COGSP com proposta de encaminhamento ao Conselho Estadual de Educação com vistas à regularização da vida escolar do interessado..."

A Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo, levando em consideração a declaração do aluno, sua pouca idade à época (13 anos) e o parecer da direção da escola, manifesta-se pela regularização da vida escolar do interessado.

O processo chega a este Colegiado através do Gabinete do Secretário da Educação.

2. APRECIÇÃO

Versam os autos sobre o pedido de regularização da vida escolar de Marcelo da Conceição Martins, que foi matriculado indevidamente na 5ª série do 1º grau, em 1985, na EEPG "Charles de Gaulle", embora estivesse retido na 4ª série da EMPG "Enéas de Carvalho Aguiar" de onde vinha transferido.

A irregularidade de matrícula efetuada em série inadequada, ocorreu por lapso administrativo da unidade escolar que não constatou que o documento de transferência estava rasurado.

Os autos vieram instruídos com a documentação escolar que comprova a irregularidade e os estudos cumpridos pelo aluno; vieram também com informações das autoridades escolares da Secretaria da Educação favoráveis à convalidação solicitada.

A posição deste Colegiado não tem variado quando se trata de caso similar, uma vez que tem sido adotado o instituto da convalidação para esses casos, levando-se em conta sempre o aproveitamento pedagógico do interessado e deixando de lado a anulação dos atos escolares decorrentes de matrícula irregular. O Cons. Di Dio manifestou-se sobre o assunto no Parecer CLN nº 519/79:

" A anulação não aproveita a ninguém, nem ao aluno ,

nem à sociedade. Impor a repetição do curso como castigo é desvirtuar o sentido da educação, que deve ser encarada como aperfeiçoamento e elevação moral. De qualquer forma, é absurdo obrigar-se alguém a estudar o que já sabe. Se houvesse base legal, poder-se-ia compreender que o interessado fosse obrigado, a título de recuperação, a fazer um curso de recuperação moral..."

Aos que defendem a anulação dos atos escolares, o mesmo Conselheiro afirma: "Data vénia, tal solução, nada tem de moralizante ou educativa. Valoriza o formalismo como se fosse mais importante do que o direito que a norma legal visa a proteger. É uma fórmula farisaica que se preocupa mais com a exterioridade do que com o conteúdo. Considera mais os meios que os fins. Salva as aparências, mas não se importa com os resultados, que seriam praticamente os mesmos; ".

5. CONCLUSÃO

À vista do exposto, convalida-se, em caráter excepcional, a matrícula de MARCELO DA CONCEIÇÃO MARTINS, em 1985, na 5ª série do 1º grau da EEPG "Charles de Gaulle", bem como os atos escolares praticados posteriormente.

São Paulo, 11 de março de 1987.

a) Consa. SILVIA CARLOS DA SILVA PIMENTEL
Relatora

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Anna Maria Q. Brant de Carvalho, Cecília Vasconcellos L. Guaraná, Celso de Rui Beisiegel, Luiz Antônio de S. Amaral, Silvia Carlos da S. Pimentel e Maria Auxiliadora P.A. Ravelli.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 25 de março de 1987.

**a) Cons. LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA AMARAL
PRESIDENTE**